



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA-MG
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GERENCIAMENTO E APOIO À
FISCALIZAÇÃO DA OBRA DA ETA III – TURVO LIMPO – VIÇOSA/MG**

**FEVEREIRO / 2026
VIÇOSA-MG**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia voltados ao gerenciamento, apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento da execução das obras e serviços de implantação da Estação de Tratamento de Água – ETA III – Turvo Limpo, no município de Viçosa/MG.

Tabela 1 - Planilha descritiva do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	PREÇO TOTAL COM BDI
1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GERENCIAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA ETA III – TURVO LIMPO, NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/MG	MÊS	24,00	R\$ 1.104.845,61

VALOR POR EXTENSO: um milhão, cento e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos.

1.2. A contratação está vinculada ao Contrato de Financiamento nº 0638798-56/2025, firmado entre o Município de Viçosa/MG e a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), com recursos do FGTS, destinado à ampliação da capacidade de produção de água tratada e ao fortalecimento da segurança hídrica do sistema de abastecimento municipal.

1.3. O objeto compreende a prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, incluindo o acompanhamento da execução contratual da obra principal, análise técnica de projetos executivos, verificação de medições, apoio na gestão de contratos e suporte técnico à Administração.

1.4. A presente contratação fundamenta-se no disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à necessidade de planejamento adequado das contratações públicas, à segregação de funções e à garantia de controle técnico qualificado na execução de empreendimentos de infraestrutura.

1.5. A complexidade técnica, o porte do empreendimento e as exigências do agente financiador demandam a adoção de estrutura de apoio técnico especializado, com atuação contínua ao longo da execução da obra, de modo a assegurar a conformidade dos serviços executados com os projetos, normas técnicas aplicáveis e requisitos contratuais.

1.6. A contratada atuará exclusivamente como apoio técnico à Administração, não lhe competindo a prática de atos decisórios, aprovação de medições, autorização de pagamentos ou substituição das atribuições legais da gestão e fiscalização contratual.

1.7. A gestão administrativa do contrato e a fiscalização institucional permanecerão sob responsabilidade do Município de Viçosa/MG, com apoio técnico do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa – SAAE Viçosa, conforme designações formais.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar adequado gerenciamento técnico e apoio especializado à fiscalização das obras de implantação da Estação de Tratamento de Água – ETA III – Turvo Limpo, empreendimento estruturante destinado à ampliação da capacidade de produção e segurança hídrica do sistema de abastecimento de água do Município de Viçosa/MG.

2.2. A implantação da ETA III constitui intervenção de elevada complexidade técnica, envolvendo obras civis, estruturas hidráulicas, sistemas eletromecânicos, automação, instrumentação, unidades de tratamento, adutoras, sistemas de recalque e demais componentes integrados ao sistema municipal existente.

2.3. O empreendimento é financiado com recursos federais no âmbito do Novo PAC, com acompanhamento do agente financeiro responsável, exigindo rigoroso controle físico-financeiro, rastreabilidade documental, conformidade técnica e observância das diretrizes contratuais estabelecidas no instrumento principal da obra.

2.4. A estrutura técnica permanente do SAAE, embora capacitada para o exercício da fiscalização institucional, não dispõe de equipe multidisciplinar dedicada exclusivamente ao acompanhamento intensivo de obra dessa magnitude, especialmente considerando as interfaces técnicas simultâneas nas áreas civil, sanitária, elétrica, mecânica e de automação.

2.5. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de gerenciamento e apoio à fiscalização visa fortalecer a governança do empreendimento, garantindo:

- 2.5.1 Maior controle técnico sobre projetos executivos, medições e cronograma;
- 2.5.2 Identificação tempestiva de não conformidades;
- 2.5.3 Monitoramento sistemático dos riscos técnicos e contratuais;
- 2.5.4 Padronização dos relatórios gerenciais e consolidação de informações estratégicas;
- 2.5.5 Suporte técnico qualificado às decisões administrativas da fiscalização institucional.

2.6. A medida contribui para mitigar riscos de atrasos, sobrecustos, falhas técnicas e inconformidades contratuais, reduzindo a probabilidade de litígios, pleitos indevidos e questionamentos por órgãos de controle.

2.7. A necessidade da contratação encontra-se devidamente demonstrada no Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Diretoria de Planejamento e Saneamento Ambiental – DPSAM, o qual avaliou alternativas possíveis e concluiu pela viabilidade técnica e econômica da contratação de apoio especializado externo.

2.8. A presente contratação observa os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e responsabilidade na gestão de recursos públicos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, representando medida preventiva voltada à adequada execução do contrato principal da obra da ETA III – Turvo Limpo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de gerenciamento e apoio à fiscalização das obras de implantação da Estação de Tratamento de Água – ETA III – Turvo Limpo, abrangendo acompanhamento técnico sistemático durante todas as fases de execução do empreendimento.

3.2. A solução contempla atuação integrada nas etapas de mobilização, análise de projetos executivos, execução das obras civis, montagem eletromecânica, implantação de sistemas elétricos e de automação, testes operacionais, comissionamento, operação assistida e encerramento contratual.

3.3. O escopo da solução abrange o suporte técnico à fiscalização institucional ao SAAE, compreendendo atividades de análise técnica, controle físico-financeiro, gestão de cronograma, verificação de conformidade dos serviços executados, consolidação de relatórios gerenciais e monitoramento de riscos técnicos e contratuais.

3.4. A solução deverá ser executada em consonância com os projetos, estudos técnicos e documentos de referência disponibilizados pelo Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, conforme relação constante do Anexo VII – Projetos Disponibilizados, os quais integram o acervo técnico do empreendimento e subsidiam a adequada compreensão do objeto.

3.5. A atuação da contratada deverá observar integralmente as normas técnicas, legislações aplicáveis e diretrizes institucionais elencadas no Anexo IX – Referências Normativas, considerando suas versões atualizadas durante a execução contratual.

3.6. A solução adotada não compreende a execução direta de qualquer etapa da obra principal, nem implica transferência de responsabilidade técnica pela execução dos serviços à empresa contratada para o gerenciamento, permanecendo tais responsabilidades vinculadas à empresa executora da obra e à fiscalização institucional designada pelo SAAE.

3.7. No que se refere ao ciclo de vida do objeto, a solução deverá considerar:

- 3.7.1 A análise preventiva de compatibilidade técnica entre projetos executivos e o projeto básico aprovado;
- 3.7.2 O acompanhamento contínuo da qualidade dos materiais e serviços aplicados;
- 3.7.3 A verificação da aderência ao cronograma físico-financeiro;
- 3.7.4 O suporte técnico ao recebimento provisório e definitivo das obras;
- 3.7.5 A consolidação de informações técnicas necessárias à futura operação e manutenção da ETA III.

3.8. A solução deverá assegurar rastreabilidade documental, padronização dos registros técnicos e sistematização das informações produzidas ao longo da execução contratual, de modo a permitir transparência, controle e eventual auditoria por órgãos internos ou externos.

3.9. A especificação detalhada das atividades operacionais que compõem o escopo do serviço encontra-se disciplinada no Capítulo 5 deste Termo de Referência, o qual constitui a base técnica para a futura elaboração da Matriz de Riscos, constante do Anexo VIII.

3.10. A seleção da empresa contratada observará os critérios técnicos e comerciais estabelecidos no Anexo II – Critérios de Julgamento das Propostas Técnica e de Preço, garantindo que a solução escolhida atenda simultaneamente aos requisitos de capacidade técnica e vantagem econômica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá atender a requisitos técnicos, operacionais, legais e administrativos compatíveis com a complexidade das obras de implantação da Estação de Tratamento de Água – ETA III – Turvo Limpo, no Município de Viçosa/MG.

4.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e estrutura operacional adequadas à execução dos serviços de gerenciamento e apoio à fiscalização de obras de engenharia, garantindo acompanhamento técnico, controle físico-financeiro e suporte à fiscalização do contrato.

4.3. A qualificação técnica da empresa e dos profissionais que integrarão a equipe técnica será comprovada exclusivamente na fase de habilitação, conforme critérios e documentos definidos no Anexo III – Documentos de Habilitação, não constituindo este capítulo critério de pontuação ou avaliação técnica.

4.4. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, equipe técnica compatível com o escopo dos serviços, devidamente habilitada e com registro ativo no respectivo conselho profissional, conforme previsto neste Termo de Referência.

4.5. A empresa contratada deverá assegurar estrutura operacional adequada à prestação dos serviços, incluindo meios de comunicação, sistemas de controle, recursos logísticos e instrumentos de gestão necessários ao acompanhamento técnico da obra.

4.6. A contratada deverá adotar metodologia estruturada de gestão do contrato, contemplando controle físico-financeiro, acompanhamento de cronograma, verificação de medições, registro de ocorrências técnicas e monitoramento de riscos.

4.7. A contratada deverá manter sistema organizado de gestão documental, garantindo rastreabilidade das informações, padronização de relatórios técnicos e registro formal das comunicações realizadas no âmbito do contrato.

4.8. A execução dos serviços deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis, a legislação vigente e as diretrizes institucionais indicadas no Anexo IX – Referências Normativas, bem como os projetos e documentos técnicos disponibilizados pela Administração.

4.9. A participação no certame implicará declaração de que a licitante analisou previamente os documentos técnicos disponibilizados pela Administração, avaliou as condições do empreendimento e considerou todas as informações necessárias à elaboração de sua proposta.

4.10. As condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica observarão integralmente o disposto no Anexo III – Documentos de Habilitação, que integra este Termo de Referência para todos os fins.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto observará modelo estruturado de prestação contínua de serviços técnicos especializados de gerenciamento e apoio à fiscalização das obras de implantação da Estação de Tratamento de Água – ETA III – Turvo Limpo, em conformidade com este Termo de Referência e seus anexos.

As atividades previstas neste Capítulo constituem obrigações contratuais específicas, devendo ser executadas com rastreabilidade documental e registros formais, de modo a permitir controle, auditoria e verificação objetiva do cumprimento do contrato.

A execução dos serviços deverá observar os projetos e documentos técnicos disponibilizados pelo Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, nos termos do Anexo VII – Projetos Disponibilizados, bem como as normas e diretrizes aplicáveis indicadas no Anexo IX – Referências Normativas.

A atuação da contratada no âmbito deste Capítulo possui caráter técnico-consultivo e de assessoramento, restringindo-se às atividades de análise, acompanhamento, controle, registro e emissão de relatórios e pareceres, cabendo à Administração a prática dos atos decisórios e administrativos relacionados ao contrato principal da obra.

5.1. Escopo detalhado dos serviços

- 5.1.1 O escopo detalhado dos serviços compreende o conjunto de atividades técnicas necessárias ao gerenciamento e ao apoio especializado à fiscalização institucional do SAAE, durante todo o ciclo de execução da obra da ETA III – Turvo Limpo, abrangendo, no mínimo, as seguintes frentes de atuação, conforme detalhamento nos itens 5.2 a 5.11 deste Termo de Referência.
- 5.1.2 Para fins deste Termo de Referência, integram o escopo os serviços relacionados ao acompanhamento técnico sistemático da obra, ao controle físico-financeiro e de cronograma, à análise de documentação técnica e projetos executivos, à verificação de conformidade dos serviços executados, ao monitoramento de riscos técnicos e contratuais, bem como à consolidação de relatórios técnicos e gerenciais, nos limites estabelecidos no item 5.11.
- 5.1.3 O escopo deverá ser executado de forma contínua e integrada ao cronograma da obra principal, contemplando as fases de mobilização, execução das obras civis, montagem eletromecânica, implantação de sistemas elétricos e de automação, testes, comissionamento, operação assistida e encerramento, sem prejuízo de adequações decorrentes de reprogramações do contrato principal, quando formalmente comunicadas pela fiscalização institucional.

- 5.1.4 Os produtos mínimos, periodicidade, forma de apresentação e critérios de aceite dos relatórios, pareceres e registros gerados no âmbito do escopo serão estabelecidos neste Termo de Referência e, quando aplicável, vinculados às exigências constantes do Anexo VII – Projetos Disponibilizados e do Anexo IX – Referências Normativas.
- 5.1.5 A descrição pormenorizada de cada frente de atuação, com definição de responsabilidades, limites, rotinas mínimas, registros e entregáveis, encontra-se disciplinada nos itens 5.2 a 5.11 deste Capítulo, os quais servirão de base para a elaboração da Matriz de Riscos prevista no Anexo VIII.

5.2. Gerenciamento técnico da obra

- 5.2.1 O gerenciamento técnico da obra compreende o acompanhamento sistemático da execução dos serviços contratados no âmbito da implantação da ETA III – Turvo Limpo, com foco na conformidade técnica, aderência ao projeto aprovado, qualidade dos serviços executados e compatibilidade com o cronograma físico-financeiro.
- 5.2.2 A contratada deverá promover análise técnica contínua das atividades executadas pela empresa responsável pela obra principal, verificando a conformidade dos serviços com o projeto básico, projetos executivos aprovados, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais documentos que compõem o contrato da obra.
- 5.2.3 O gerenciamento técnico deverá abranger, no mínimo:
 - 5.2.3.1 Verificação da compatibilidade entre os projetos executivos apresentados e o projeto básico aprovado;
 - 5.2.3.2 Acompanhamento da execução das estruturas civis, unidades de tratamento, sistemas hidráulicos, sistemas eletromecânicos, instalações elétricas e sistemas de automação;
 - 5.2.3.3 Avaliação técnica dos métodos executivos adotados pela contratada da obra;
 - 5.2.3.4 Verificação da adequação dos materiais e equipamentos aplicados, quanto à especificação técnica e conformidade contratual;
 - 5.2.3.5 Identificação e registro de eventuais inconformidades técnicas ou desvios de execução.
- 5.2.4 Sempre que identificadas inconsistências técnicas, riscos à qualidade da obra ou desconformidades com os documentos contratuais, a contratada deverá emitir comunicação técnica formal à fiscalização institucional do Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, indicando de forma objetiva o fato constatado, seu potencial impacto e a recomendação técnica pertinente.
- 5.2.5 O gerenciamento técnico terá caráter de suporte especializado à fiscalização institucional, não substituindo a competência decisória do gestor ou do fiscal do contrato da obra principal.
- 5.2.6 A contratada deverá manter registros formais das análises técnicas realizadas, incluindo relatórios, pareceres, registros fotográficos, atas de reunião técnica e demais documentos que evidenciem o acompanhamento sistemático da execução da obra.
- 5.2.7 O acompanhamento técnico deverá ocorrer com periodicidade compatível com o andamento físico da obra, garantindo presença técnica suficiente para assegurar controle efetivo das etapas executivas, nos termos definidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

- 5.2.8 O descumprimento das obrigações previstas neste item ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 deste Termo de Referência, bem como glosa proporcional na medição, nos termos do Capítulo 8.

5.3. Apoio à fiscalização de campo

- 5.3.1 O apoio à fiscalização de campo compreende o acompanhamento presencial sistemático da execução da obra da ETA III – Turvo Limpo, com a finalidade de subsidiar tecnicamente a fiscalização institucional do SAAE quanto à conformidade dos serviços executados.
- 5.3.2 A contratada deverá disponibilizar profissionais habilitados para acompanhamento das frentes de serviço ativas, observando periodicidade compatível com o ritmo da obra e com as etapas críticas de execução.
- 5.3.3 O apoio à fiscalização de campo deverá abranger, no mínimo:
- 5.3.1.1 Verificação da execução dos serviços em conformidade com projetos, especificações técnicas e orientações aprovadas;
 - 5.3.1.2 Conferência visual e técnica da qualidade dos serviços executados;
 - 5.3.1.3 Acompanhamento de ensaios, testes de campo e verificações técnicas realizadas pela empresa executora;
 - 5.3.1.4 Registro fotográfico sistemático das etapas relevantes da obra;
 - 5.3.1.5 Identificação de inconformidades executivas, desvios técnicos ou situações de risco.
- 5.3.4 Sempre que constatadas inconformidades, a contratada deverá registrar formalmente a ocorrência e comunicar à fiscalização institucional do SAAE, indicando descrição objetiva do fato, localização, etapa envolvida e possível impacto técnico.
- 5.3.5 A atuação em campo não confere à contratada poder de determinação direta à empresa executora da obra, cabendo exclusivamente à fiscalização institucional a emissão de ordens, notificações e demais determinações contratuais.
- 5.3.6 A contratada deverá participar de reuniões técnicas de obra, visitas programadas e inspeções conjuntas sempre que convocada pela fiscalização institucional, mantendo registro formal das deliberações técnicas ocorridas.
- 5.3.7 Os registros decorrentes do apoio à fiscalização de campo deverão integrar os relatórios técnicos e gerenciais previstos no item 5.9, constituindo documentação comprobatória das atividades desenvolvidas.
- 5.3.8 O apoio à fiscalização de campo deverá observar as normas de segurança aplicáveis ao canteiro de obras, conforme disposto no Anexo IX – Referências Normativas, não assumindo, entretanto, responsabilidade pela gestão de segurança do trabalho da empresa executora.
- 5.3.9 O descumprimento das obrigações previstas neste item ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual glosa proporcional na medição, nos termos do Capítulo 8.

5.4. Análise e parecer sobre projetos executivos

- 5.4.1 A contratada deverá proceder à análise técnica dos projetos executivos apresentados pela empresa responsável pela execução da obra da ETA III – Turvo Limpo, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com o projeto básico aprovado, com as especificações técnicas contratuais e com as normas aplicáveis.

5.4.2 A análise técnica deverá abranger, no mínimo:

- 5.4.2.1 Compatibilidade dimensional, funcional e construtiva com o projeto básico;
- 5.4.2.2 Coerência entre memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e desenhos técnicos;
- 5.4.2.3 Adequação às normas técnicas aplicáveis, conforme Anexo IX – Referências Normativas;
- 5.4.2.4 Identificação de inconsistências técnicas, omissões relevantes ou potenciais impactos na execução da obra;
- 5.4.2.5 Avaliação preliminar de eventuais reflexos no cronograma físico-financeiro.

5.4.3 A contratada deverá emitir parecer técnico formal e fundamentado para cada conjunto de projeto executivo analisado, no prazo a ser estabelecido em cronograma compatível com o andamento da obra, indicando de forma objetiva:

- 5.4.3.1 Conclusão técnica quanto à compatibilidade com o contrato;
- 5.4.3.2 Pontos de atenção ou necessidade de ajustes;
- 5.4.3.3 Riscos identificados;
- 5.4.3.4 Recomendações técnicas à fiscalização institucional.

5.4.4 Os pareceres emitidos pela contratada terão caráter opinativo e de suporte técnico à fiscalização institucional, não substituindo a aprovação formal dos projetos executivos pela Administração.

5.4.5 A contratada não assume responsabilidade pela autoria, concepção ou dimensionamento dos projetos executivos apresentados pela empresa executora, limitando-se à análise técnica de compatibilidade e conformidade contratual.

5.4.6 A ausência de emissão de parecer técnico no prazo estabelecido, quando devidamente solicitado, ou a emissão de parecer tecnicamente inconsistente ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição dos serviços, conforme disposto no Capítulo 8.

5.4.7 Os pareceres técnicos emitidos deverão integrar o acervo documental do empreendimento e compor os relatórios gerenciais previstos no item 5.9.

5.4.8 A contratada deverá emitir parecer técnico sobre projetos executivos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento formal do respectivo protocolo pelo Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, salvo situações de maior complexidade técnica devidamente justificadas e autorizadas pelo fiscal do contrato.

5.5. Controle físico-financeiro

5.5.1 O controle físico-financeiro compreende o acompanhamento sistemático da evolução física da obra da ETA III – Turvo Limpo e sua correlação com os desembolsos financeiros previstos no contrato principal, com a finalidade de subsidiar tecnicamente a fiscalização institucional do SAAE.

5.5.2 A contratada deverá monitorar a execução das etapas da obra em relação ao cronograma físico-financeiro aprovado, verificando a compatibilidade entre o avanço físico real e os valores apresentados nas medições mensais.

5.5.3 O controle físico-financeiro deverá abranger, no mínimo:

- 5.5.3.1 Verificação da coerência entre quantitativos, executados e quantitativos contratados;

- 5.5.3.2 Avaliação da compatibilidade entre o percentual físico executado e o percentual financeiro solicitado para pagamento;
- 5.5.3.3 Identificação de eventuais distorções entre avanço físico e desembolso financeiro;
- 5.5.3.4 Análise preliminar de impactos financeiros decorrentes de alterações de escopo, reprogramações ou serviços extraordinários;
- 5.5.3.5 Consolidação periódica do status físico-financeiro da obra.
- 5.5.4 A contratada deverá elaborar demonstrativo técnico de acompanhamento físico-financeiro, com periodicidade mínima mensal, contendo análise comparativa entre previsto e realizado, identificação de desvios e indicação de possíveis riscos de desequilíbrio contratual.
- 5.5.5 Sempre que constatadas inconsistências relevantes ou risco de desequilíbrio físico-financeiro, a contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização institucional do SAAE, apresentando análise técnica fundamentada.
- 5.5.6 A atuação da contratada no controle físico-financeiro terá caráter técnico-consultivo, não substituindo a competência administrativa do gestor ou do fiscal do contrato quanto à aprovação de medições, autorização de pagamentos ou formalização de alterações contratuais.
- 5.5.7 O controle físico-financeiro deverá observar as diretrizes do agente financiador e os parâmetros constantes do contrato principal da obra, bem como os documentos técnicos disponibilizados nos termos do Anexo VII – Projetos Disponibilizados.
- 5.5.8 O descumprimento das obrigações previstas neste item ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição dos serviços da contratada, conforme disposto no Capítulo 8.

5.6. Acompanhamento e validação de medições

- 5.6.1 O acompanhamento e validação de medições compreendem a análise técnica das medições mensais apresentadas pela empresa executora da obra da ETA III – Turvo Limpo, com a finalidade de verificar a conformidade dos quantitativos informados com os serviços efetivamente executados.
- 5.6.2 A contratada deverá proceder à conferência técnica das medições, observando:
 - 5.6.2.1 Compatibilidade entre os serviços executados em campo e os quantitativos apresentados;
 - 5.6.2.2 Conformidade com as especificações técnicas e documentos contratuais;
 - 5.6.2.3 Correspondência entre os itens medidos e os serviços previstos na planilha contratual;
 - 5.6.2.4 Coerência entre avanço físico, cronograma e valores solicitados;
 - 5.6.2.5 Existência de registros técnicos e evidências que sustentem os quantitativos declarados.
- 5.6.3 A contratada deverá emitir parecer técnico formal sobre cada medição apresentada, indicando de forma objetiva:
 - 5.6.3.1 Conformidade ou inconformidade dos quantitativos;
 - 5.6.3.2 Divergências identificadas;
 - 5.6.3.3 Recomendações técnicas à fiscalização institucional;
 - 5.6.3.4 Eventuais riscos técnicos ou financeiros associados à aprovação da medição.

- 5.6.4 A validação técnica realizada pela contratada terá caráter opinativo e de suporte à decisão administrativa, não substituindo a competência do gestor ou do fiscal do contrato da obra principal para aprovação formal das medições.
- 5.6.5 A contratada não assume responsabilidade pela execução dos serviços medidos, limitando-se à análise técnica de conformidade dos quantitativos e serviços apresentados.
- 5.6.6 A ausência de emissão de parecer técnico no prazo compatível com o cronograma de medição da obra, ou a emissão de parecer tecnicamente inconsistente ou sem fundamentação, ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição dos serviços da contratada, conforme disposto no Capítulo 8.
- 5.6.7 Os pareceres técnicos relativos às medições deverão integrar o relatório mensal previsto no item 5.9 e compor o acervo documental do empreendimento.
- 5.6.8 A contratada deverá emitir parecer técnico sobre cada medição apresentada pela empresa executora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento formal da documentação de medição.

5.7. Gestão de cronograma

- 5.7.1 A gestão de cronograma compreende o acompanhamento sistemático da execução das etapas da obra da ETA III – Turvo Limpo em relação ao cronograma físico aprovado, com a finalidade de identificar desvios, atrasos, riscos de paralisação ou comprometimento do prazo contratual.
- 5.7.2 A contratada deverá monitorar continuamente o avanço das frentes de serviço, verificando a aderência ao cronograma vigente e analisando impactos decorrentes de reprogramações, alterações de escopo ou intercorrências técnicas.
- 5.7.3 A gestão de cronograma deverá abranger, no mínimo:
 - 5.7.3.1 Comparação entre avanço físico planejado e realizado;
 - 5.7.3.2 Identificação de atrasos por atividade ou etapa;
 - 5.7.3.3 Avaliação de impacto no caminho crítico;
 - 5.7.3.4 Análise de risco de comprometimento do prazo final da obra;
 - 5.7.3.5 Registro formal dos desvios identificados.
- 5.7.4 Sempre que constatado atraso relevante, risco de descumprimento de marcos contratuais ou potencial comprometimento do prazo global da obra, a contratada deverá comunicar formalmente o fato ao SAAE, por meio de ofício técnico circunstanciado, contendo:
 - 5.7.4.1 Descrição objetiva do atraso ou desvio identificado;
 - 5.7.4.2 Indicação das etapas afetadas;
 - 5.7.4.3 Avaliação preliminar do impacto no prazo contratual;
 - 5.7.4.4 Recomendações técnicas cabíveis.
- 5.7.5 Compete exclusivamente ao Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, adotar as providências administrativas decorrentes dos atrasos ou desvios identificados, inclusive notificações, determinações, reprogramações e eventual instauração de processo administrativo, cabendo à contratada apenas a análise técnica e a comunicação formal fundamentada.

- 5.7.6 Os relatórios de acompanhamento de cronograma deverão integrar o relatório técnico mensal previsto no item 5.9, contendo quadro comparativo entre previsto e realizado, indicação de desvios e análise de impacto no prazo final.
- 5.7.7 O descumprimento da obrigação de monitoramento e comunicação formal de atrasos ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição da contratada, conforme disposto no Capítulo 8.
- 5.7.8 A comunicação formal de atraso relevante ou risco de descumprimento contratual deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da constatação técnica do fato pela contratada.

5.8. Gestão de riscos técnicos e contratuais

- 5.8.1 A gestão de riscos técnicos e contratuais compreende a identificação, análise, registro e monitoramento contínuo de eventos ou circunstâncias que possam comprometer a qualidade, o prazo, o custo ou a conformidade contratual da obra da ETA III – Turvo Limpo.
- 5.8.2 A contratada deverá adotar metodologia estruturada para gestão de riscos, contemplando, no mínimo:
 - 5.8.2.1 Identificação sistemática de riscos técnicos, executivos e contratuais;
 - 5.8.2.2 Classificação quanto à probabilidade e impacto;
 - 5.8.2.3 Avaliação de possíveis consequências no cronograma e no equilíbrio físico-financeiro;
 - 5.8.2.4 Registro formal e rastreável dos riscos identificados;
 - 5.8.2.5 Monitoramento periódico da evolução dos riscos.
- 5.8.3 A gestão de riscos deverá abranger, entre outros:
 - 5.8.3.1 Riscos decorrentes de inconsistências de projeto;
 - 5.8.3.2 Riscos de atraso em etapas críticas;
 - 5.8.3.3 Riscos de incompatibilidade técnica entre disciplinas;
 - 5.8.3.4 Riscos de inconformidade na execução;
 - 5.8.3.5 Riscos de impacto financeiro relevante;
 - 5.8.3.6 Riscos associados a exigências do agente financiador.
- 5.8.4 Sempre que identificado risco relevante ou potencial evento que possa gerar impacto significativo ao contrato principal, a contratada deverá comunicar formalmente a fiscalização do SAAE por meio de relatório técnico ou ofício circunstanciado, contendo descrição objetiva do risco, análise preliminar de impacto e recomendação técnica.
- 5.8.5 A gestão de riscos realizada pela contratada possui caráter técnico de monitoramento e comunicação, cabendo exclusivamente ao Município de Viçosa/MG deliberar sobre as providências administrativas, contratuais ou sancionatórias eventualmente necessárias.
- 5.8.6 A contratada deverá manter registro atualizado dos riscos identificados, de modo a subsidiar a elaboração da Matriz de Riscos contratual prevista no Anexo VIII, bem como permitir rastreabilidade e eventual auditoria por órgãos de controle.

- 5.8.7 O descumprimento das obrigações de identificação e comunicação formal de riscos relevantes ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição, conforme disposto no Capítulo 8.
- 5.8.8 A comunicação formal de risco técnico ou contratual relevante deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da sua identificação.

5.9. Relatórios técnicos e gerenciais

- 5.9.1 A contratada deverá elaborar e apresentar relatórios técnicos e gerenciais periódicos, contendo consolidação objetiva das atividades desenvolvidas no âmbito do gerenciamento e apoio à fiscalização da obra da ETA III – Turvo Limpo.
- 5.9.2 Os relatórios deverão possuir periodicidade mínima mensal, sem prejuízo de relatórios extraordinários quando demandados pela fiscalização institucional ou quando identificadas situações relevantes que justifiquem comunicação imediata.
- 5.9.3 O relatório técnico mensal deverá conter, no mínimo:
- 5.9.3.1 Síntese das atividades desenvolvidas no período;
 - 5.9.3.2 Situação atual da obra, com indicação do percentual físico executado;
 - 5.9.3.3 Análise do cronograma, com identificação de eventuais atrasos ou riscos;
 - 5.9.3.4 Consolidação do controle físico-financeiro;
 - 5.9.3.5 Registro das medições analisadas e respectivos pareceres;
 - 5.9.3.6 Relação de inconformidades técnicas identificadas e providências adotadas;
 - 5.9.3.7 Registro dos riscos técnicos e contratuais identificados;
 - 5.9.3.8 Relatório fotográfico das principais frentes de serviço;
 - 5.9.3.9 Indicação de pontos críticos que demandem deliberação do Município de Viçosa/MG.
- 5.9.4 Os relatórios deverão ser apresentados em meio digital, com estrutura padronizada e organização que permita rastreabilidade das informações, mantendo coerência com os registros produzidos nas atividades previstas nos itens 5.2 a 5.8.
- 5.9.5 Sempre que identificados eventos relevantes, tais como atrasos significativos, risco de impacto financeiro, inconformidades graves ou potencial descumprimento contratual, a contratada deverá apresentar relatório técnico específico ou ofício circunstanciado, independentemente do relatório mensal ordinário.
- 5.9.6 Os relatórios apresentados deverão ser submetidos à análise da fiscalização institucional do SAAE, constituindo documento comprobatório das atividades executadas para fins de medição e pagamento, conforme disposto no Capítulo 8.
- 5.9.7 A ausência de apresentação de relatório no prazo estabelecido, a apresentação incompleta ou sem fundamentação técnica adequada ensejará glosa parcial da medição correspondente ao período e aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7.
- 5.9.8 Todos os relatórios emitidos deverão integrar o acervo documental do empreendimento, permanecendo arquivados para fins de controle interno, auditoria e eventual fiscalização por órgãos externos.

- 5.9.9 O relatório técnico mensal deverá ser protocolado junto a fiscalização do SAAE até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao período de referência, sob pena de aplicação de glosa proporcional, nos termos do Capítulo 8.

5.10. Acompanhamento de etapas críticas (montagem, testes e comissionamento)

- 5.10.1 A contratada deverá realizar acompanhamento técnico específico das etapas críticas da obra da ETA III – Turvo Limpo, compreendendo atividades de montagem estrutural, instalação de módulos pré-fabricados, sistemas eletromecânicos, sistemas elétricos e de automação, testes operacionais e comissionamento.
- 5.10.2 Consideram-se etapas críticas, para fins deste Termo de Referência, aquelas cuja execução inadequada possa comprometer o desempenho operacional da unidade, a segurança estrutural, a eficiência do tratamento ou o prazo de conclusão do empreendimento.
- 5.10.3 O acompanhamento das etapas críticas deverá abranger, no mínimo:
- 5.10.3.1 Verificação da conformidade da montagem de estruturas modulares e unidades pré-fabricadas;
 - 5.10.3.2 Acompanhamento da instalação de equipamentos eletromecânicos;
 - 5.10.3.3 Verificação da implantação de sistemas elétricos e de automação;
 - 5.10.3.4 Acompanhamento de testes hidráulicos, elétricos e funcionais;
 - 5.10.3.5 Monitoramento das atividades de comissionamento e operação assistida.
- 5.10.4 Nos casos em que houver fabricação de elementos estruturais, módulos ou sistemas fora do canteiro de obras, incluindo a ETA modular pré-fabricada, a contratada deverá realizar inspeções técnicas em fábrica para fins de verificação de conformidade e acompanhamento de medições parciais.
- 5.10.5 As inspeções em fábrica deverão ocorrer sempre que houver previsão de medição parcial de elementos ainda não instalados no local da obra, devendo a contratada:
- 5.10.5.1 Verificar a conformidade do estágio de fabricação declarado;
 - 5.10.5.2 Confirmar a compatibilidade entre o avanço físico informado e o percentual de medição solicitado;
 - 5.10.5.3 Registrar tecnicamente a inspeção realizada, com relatório circunstanciado e registro fotográfico;
 - 5.10.5.4 Emitir parecer técnico fundamentado acerca da medição parcial apresentada.
- 5.10.6 Os custos relacionados às viagens necessárias para inspeções técnicas em fábrica encontram-se previstos na planilha orçamentária constante do Anexo I – Planilha Quantitativa deste Termo de Referência, não sendo cabível pleito adicional por deslocamentos vinculados a tais atividades.
- 5.10.7 O acompanhamento das etapas críticas não implica assunção de responsabilidade pela execução, qualidade final ou garantia dos equipamentos e sistemas instalados, permanecendo tais responsabilidades vinculadas à empresa executora da obra e aos respectivos fabricantes.
- 5.10.8 Eventuais inconformidades identificadas durante as etapas de montagem, testes ou comissionamento deverão ser formalmente comunicadas à fiscalização do SAAE, para adoção das providências administrativas cabíveis.

- 5.10.9 O descumprimento das obrigações previstas neste item ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição da contratada, conforme disposto no Capítulo 8.

5.11. Limites de responsabilidade técnica da contratada

- 5.11.1 A atuação da contratada no âmbito deste Termo de Referência possui caráter técnico-consultivo e de apoio especializado à fiscalização institucional do SAAE, não implicando assunção de responsabilidade pela execução direta da obra da ETA III – Turvo Limpo.
- 5.11.2 A responsabilidade pela execução dos serviços da obra, pela qualidade construtiva, pela adequação técnica dos métodos executivos, pelo fornecimento de materiais e equipamentos, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de segurança do trabalho permanece integralmente atribuída à empresa contratada para a execução da obra principal.
- 5.11.3 A contratada não assume responsabilidade pela autoria, concepção, dimensionamento ou desempenho final dos projetos executivos apresentados pela empresa executora da obra, limitando-se à análise técnica de compatibilidade, conformidade contratual e aderência às normas técnicas aplicáveis, nos limites das atribuições previstas neste Termo de Referência.
- 5.11.4 A emissão de pareceres técnicos, relatórios, comunicações formais ou recomendações pela contratada não substitui as decisões administrativas do gestor ou do fiscal do contrato da obra principal, nem implica aprovação automática de serviços executados, projetos, medições ou alterações contratuais.
- 5.11.5 A contratada responderá exclusivamente pelo cumprimento das obrigações expressamente previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto à análise técnica, acompanhamento, registro e comunicação formal de inconformidades, controle físico-financeiro, gestão de cronograma e monitoramento de riscos técnicos e contratuais.
- 5.11.6 A eventual identificação posterior de falhas na execução da obra não implicará, por si só, responsabilidade da contratada, desde que demonstrado o cumprimento regular das obrigações de acompanhamento, análise, registro e comunicação previstas neste Termo de Referência.
- 5.11.7 A contratada somente poderá ser responsabilizada por danos decorrentes de sua atuação quando comprovada, em processo administrativo regular, a ocorrência de omissão dolosa, má-fé ou erro técnico grave no exercício das atribuições que lhe competiam, observados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.11.8 Os limites de responsabilidade aqui estabelecidos não afastam a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no futuro contrato, caso comprovado o descumprimento das obrigações contratuais atribuídas à contratada.

- 5.12. Cumpre à contratada apresentar e manter válida a garantia de execução contratual durante toda a vigência do contrato, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Anexo V – Garantia de Execução Contratual, inclusive quanto à adequação da apólice de seguro-garantia às exigências contratuais.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. A gestão administrativa e financeira do contrato decorrente deste Termo de Referência será exercida pelo Município de Viçosa/MG, na qualidade de contratante formal, competindo-lhe a prática de todos os atos relacionados à execução orçamentária e financeira, inclusive empenho da despesa, liquidação, pagamento, formalização de termos aditivos, aplicação de penalidades administrativas e eventual rescisão contratual.

6.2. A gestão e a fiscalização da execução contratual serão exercidas pelo Município de Viçosa/MG, por meio do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa – SAAE Viçosa, mediante designação formal de gestor do contrato e de fiscais, inclusive fiscal técnico e, quando couber, fiscal administrativo, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes o acompanhamento sistemático da execução dos serviços, a análise e validação dos produtos entregues, a emissão de atestos técnicos para fins de liquidação da despesa e a manifestação fundamentada quanto ao desempenho da contratada.

6.3. O gestor do contrato será responsável pela coordenação administrativa da execução contratual, competindo-lhe:

- 6.3.1 Acompanhar o cumprimento global das obrigações assumidas pela contratada;
- 6.3.2 Verificar a aderência da execução ao escopo estabelecido neste Termo de Referência;
- 6.3.3 Autorizar medições e pagamentos após manifestação técnica do fiscal;
- 6.3.4 Determinar ajustes operacionais necessários ao fiel cumprimento do contrato;
- 6.3.5 Instaurar, quando cabível, procedimento para aplicação de penalidades;
- 6.3.6 Submeter à autoridade competente eventual proposta de aditamento, prorrogação ou rescisão contratual.

6.4. O fiscal técnico do contrato será responsável pelo acompanhamento da execução sob o aspecto técnico-operacional, competindo-lhe:

- 6.4.1 Receber e analisar os relatórios técnicos e pareceres emitidos pela contratada;
- 6.4.2 Verificar a efetiva execução das atividades previstas no Capítulo 5;
- 6.4.3 Solicitar esclarecimentos, complementações ou ajustes nos documentos apresentados;
- 6.4.4 Registrar ocorrências relativas ao desempenho da contratada;
- 6.4.5 Emitir manifestação técnica quanto à aprovação ou glosa da medição mensal.

6.5. A atuação da contratada dar-se-á exclusivamente como apoio técnico à fiscalização institucional, não lhe sendo conferido poder de comando, determinação ou aplicação de sanções à empresa executora da obra principal.

6.6. A contratada deverá encaminhar todas as comunicações formais à fiscalização institucional do SAAE por meio de ofício, memorando eletrônico institucional, sistema oficial de protocolo ou outro meio formalmente reconhecido, vedada a substituição por comunicações informais.

6.7. As comunicações que envolvam constatação de atrasos relevantes, riscos contratuais, inconformidades técnicas ou potenciais impactos financeiros deverão ser formalizadas por ofício circunstanciado, contendo descrição objetiva dos fatos, análise técnica e recomendação fundamentada.

6.8. O gestor ou fiscal poderá convocar reuniões técnicas ordinárias ou extraordinárias para acompanhamento da execução contratual, devendo tais reuniões ser registradas em ata, contendo data, participantes, deliberações e responsabilidades atribuídas.

6.9. A contratada deverá manter organização sistemática dos registros produzidos durante a execução contratual, assegurando rastreabilidade documental, arquivamento adequado e disponibilidade das informações para consulta pelo Município de Viçosa/MG ou por órgãos de controle, cabendo à fiscalização institucional do SAAE o acompanhamento, verificação e exigência do cumprimento dessas obrigações, inclusive quanto à integridade, consistência e tempestividade dos registros apresentados.

6.10. Eventuais divergências técnicas entre a contratada e a fiscalização institucional deverão ser formalmente registradas e submetidas à decisão do gestor do contrato, prevalecendo a orientação formal do Município de Viçosa/MG ou do SAAE, conforme a estrutura de governança estabelecida.

6.11. O acompanhamento da execução contratual observará os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, transparência e controle, assegurando que todas as decisões administrativas permaneçam sob responsabilidade exclusiva da Município de Viçosa/MG.

6.12. O não atendimento às determinações formais do gestor ou do fiscal do contrato, quando devidamente fundamentadas, ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e repercussão na medição mensal, conforme disposto no Capítulo 8.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. A aplicação de penalidades administrativas decorrentes da execução contratual competirá exclusivamente ao Município de Viçosa/MG, na qualidade de contratante formal, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa – SAAE Viçosa poderá subsidiar tecnicamente a decisão mediante manifestação fundamentada.

7.1.1 As sanções administrativas previstas neste capítulo possuem natureza distinta das glosas aplicadas nos termos do Capítulo 8, não configurando dupla penalização, podendo ser aplicadas de forma independente ou cumulativa, conforme a gravidade do descumprimento contratual.

7.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Termo de Referência, no instrumento contratual e no Anexo VI – Processo Administrativo Punitivo, especialmente aquelas previstas no Capítulo 5 e nos eventos caracterizados na Matriz de Riscos (Anexo VIII), quando configurada responsabilidade da contratada

7.3. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão da contratada que comprometa o cumprimento regular das obrigações técnicas, operacionais, documentais ou legais estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive quando caracterizada ocorrência de risco alocado à contratada, nos termos da Matriz de Riscos (Anexo VIII).

7.4. Para fins de aplicação de penalidades, as infrações são classificadas como leves, médias, graves ou gravíssimas, considerando-se, entre outros critérios:

- 7.4.1 A natureza da obrigação descumprida;
- 7.4.2 O impacto potencial ou efetivo na qualidade da obra;
- 7.4.3 O impacto no prazo de execução da obra principal;
- 7.4.4 O impacto financeiro ou risco de danos ao erário;
- 7.4.5 A reincidência da conduta;
- 7.4.6 A existência de dolo, má-fé ou negligência técnica grave.

7.5. Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação, constituem infrações administrativas típicas no âmbito deste contrato:

- 7.5.1 Deixar de executar atividades obrigatórias previstas no Capítulo 5;
- 7.5.2 Deixar de emitir parecer técnico quando exigido;
- 7.5.3 Não comunicar riscos ou atrasos relevantes;
- 7.5.4 Apresentar relatórios inconsistentes ou tecnicamente inadequados;

- 7.5.5 Emitir parecer técnico sem fundamentação;
- 7.5.6 Deixar de realizar inspeções obrigatórias;
- 7.5.7 Prestar informações falsas ou omitir dados relevantes;
- 7.5.8 Descumprir determinações da fiscalização;
- 7.5.9 Descumprir obrigações legais e trabalhistas;
- 7.5.10 Considera-se infração administrativa a apresentação de garantia contratual em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e do Anexo V, bem como sua não manutenção durante a execução contratual.
- 7.5.11 Ocorrer evento de risco alocado à contratada com impacto na execução contratual, conforme Matriz de Riscos (Anexo VIII), quando associado a falha, omissão ou conduta inadequada da contratada.

7.6. As sanções aplicáveis poderão consistir em:

- 7.6.1 Advertência;
- 7.6.2 Multa;
- 7.6.3 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- 7.6.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 7.6.5 As sanções serão aplicadas conforme a gravidade da infração, observada a proporcionalidade, a reincidência e os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação vigente, em especial o art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7. A multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativa com outras penalidades, observando critérios de proporcionalidade e razoabilidade, incidindo sobre o valor da medição mensal ou sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração. As multas serão aplicadas conforme a classificação da infração, observando a seguinte tabela:

Tabela 2 - Classificação das Infrações.

Classificação da Infração	Descrição Geral	Percentual de Multa	Base de Cálculo
Leve	Falhas formais ou de baixo impacto, sem prejuízo relevante à execução	0,5% a 1,0%	Valor da medição mensal
Média	Falhas com impacto moderado na qualidade técnica ou na gestão do contrato	1,0% a 3,0%	Valor da medição mensal
Grave	Falhas que impactem diretamente a execução da obra, prazos ou segurança	3,0% a 5,0%	Valor da medição mensal
Gravíssima	Falhas com dano relevante ao erário, risco à segurança ou fraude	5,0% a 10,0%	Valor da medição mensal ou valor total do contrato

7.8. Regras de Aplicação da Multa

- 7.8.1 A multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativa com outras sanções.
- 7.8.2 A gradação dentro de cada faixa considerará:

- a. extensão do dano
- b. reincidência
- c. grau de culpa

- 7.8.3 Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada no patamar máximo da faixa ou elevada para a faixa imediatamente superior.
- 7.8.4 A multa poderá ser descontada diretamente dos valores devidos à contratada ou cobrada administrativamente.
- 7.8.5 A aplicação de multa não afasta a possibilidade de glosa na medição, quando cabível, nos termos do Capítulo 8 deste Termo de Referência

7.9. Processo Administrativo: A aplicação de penalidades observará o devido processo legal, conforme Anexo VI – Processo Administrativo Punitivo, sendo obrigatória a notificação formal da contratada e a emissão de decisão motivada pela autoridade competente.

7.10. Rescisão: A reincidência em infrações graves ou a ocorrência de infrações gravíssimas poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observados os critérios de proporcionalidade e a devida instrução processual.

7.11. Reparação de Danos: A aplicação de sanção não exime a contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados, inclusive aqueles decorrentes de falhas técnicas, omissões ou eventos de risco sob sua responsabilidade.

7.12. Registro das Penalidades: As penalidades aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de controle, conforme legislação aplicável.

7.13. Independência entre Contratos: A aplicação de penalidade neste contrato não impede a adoção de medidas no contrato da obra principal, quando houver reflexos, desde que observada a autonomia entre os vínculos contratuais e a responsabilidade específica de cada contratado.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. A medição dos serviços prestados pela contratada será realizada mensalmente, considerando o efetivo cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, especialmente aquelas descritas no Capítulo 5, bem como a apresentação dos relatórios técnicos e gerenciais exigidos no item 5.9, cabendo à fiscalização institucional do SAAE a verificação, validação técnica e consolidação da medição para fins de aprovação.

8.2. A remuneração da contratada será realizada com base no valor mensal contratado, conforme proposta vencedora e planilha orçamentária constante do Anexo I, não estando vinculada exclusivamente à quantidade de horas trabalhadas, mas sim ao cumprimento integral das atividades técnicas previstas. Para fins de medição, os serviços objeto deste contrato serão classificados em três modalidades distintas:

- I. serviços de gerenciamento e coordenação técnica remunerados por parcela mensal fixa;
- II. serviços técnicos especializados remunerados por hora técnica;
- III. disponibilização de profissional técnico em campo com dedicação contínua.

8.3. Medição dos serviços remunerados por hora técnica

- 8.3.1 Os serviços previstos na planilha orçamentária como hora técnica serão medidos com base nas horas efetivamente executadas e comprovadas, respeitado o quantitativo constante do Anexo I Planilha Quantitativa.

8.3.2 Para fins de medição, a contratada deverá apresentar relatório detalhado contendo, no mínimo:

8.3.2.1 Identificação do profissional responsável;

8.3.2.2 Data da execução da atividade;

8.3.2.3 Descrição objetiva da atividade desenvolvida;

8.3.2.4 Quantidade de horas despendidas;

8.3.2.5 Produto técnico gerado ou evidência documental correspondente.

8.3.3 Para fins de julgamento da proposta, os valores referentes às horas técnicas deverão compor o preço global da contratação, conforme quantitativos estimados constantes da planilha orçamentária, possuindo caráter estimativo e teto máximo, não configurando obrigação de consumo integral pelo Município de Viçosa/MG.

8.3.4 Somente serão consideradas aptas à medição as horas vinculadas às atividades expressamente previstas no Capítulo 5 deste Termo de Referência.

8.3.5 A execução de serviços remunerados por hora técnica dependerá de solicitação ou autorização prévia do fiscal ou gestor do contrato, devendo a demanda estar vinculada a atividade extraordinária não contemplada na rotina de gerenciamento prevista neste Termo de Referência.

8.3.6 Horas não comprovadas documentalmente poderão ser desconsideradas pela fiscalização.

8.3.7 Não serão consideradas como horas técnicas atividades rotineiras de acompanhamento da obra, reuniões ordinárias, análise de medições, elaboração de relatórios periódicos ou demais obrigações já previstas no escopo regular do contrato.

8.3.8 Não será admitida compensação automática de horas não utilizadas em períodos subsequentes sem autorização formal do gestor do contrato.

8.4. Medição do profissional com dedicação contínua em campo

8.4.1 O profissional técnico de edificações previsto na planilha orçamentária deverá manter presença técnica regular no canteiro de obras durante o período de execução da obra, de forma compatível com o acompanhamento das atividades executivas.

8.4.2 Considera-se carga técnica estimada equivalente a até 40 (quarenta) horas semanais, conforme necessidade de acompanhamento da obra.

8.4.3 A remuneração mensal do referido profissional está condicionada à sua efetiva disponibilidade integral durante o período de referência da medição.

8.4.4 A ausência injustificada, substituição não autorizada ou cumprimento parcial da jornada ensejará glosa proporcional da parcela mensal correspondente.

8.4.5 A contratada deverá manter registro técnico das atividades realizadas e registro das atividades desempenhadas pelo profissional, disponibilizando tais registros à fiscalização sempre que solicitado.

8.4.6 Não será admitida substituição do profissional indicado sem anuência prévia e formal do SAAE, devendo o substituto possuir qualificação equivalente ou superior.

8.5. Para fins de medição, a contratada deverá apresentar, até o dia 20 de cada mês, relatório técnico mensal consolidado, contendo:

8.5.1 Descrição detalhada das atividades desenvolvidas no período;

- 8.5.2 Pareceres técnicos emitidos sobre projetos executivos e medições;
- 8.5.3 Relatório de acompanhamento do cronograma;
- 8.5.4 Consolidação do controle físico-financeiro;
- 8.5.5 Registro de riscos técnicos e contratuais identificados;
- 8.5.6 Relatório fotográfico das visitas técnicas realizadas;
- 8.5.7 Relação das inspeções em fábrica eventualmente realizadas, com respectivos registros técnicos.

8.6. O pagamento será efetuado após a aprovação da medição mensal e emissão da respectiva nota fiscal, observados os prazos legais e as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis ao Município de Viçosa/MG.

8.7. A medição somente será considerada apta à aprovação após análise e validação formal pelo fiscal do contrato designado, no âmbito da fiscalização institucional do SAAE, que verificará:

- I. a conformidade das atividades executadas com o Capítulo 5;
- II. a consistência dos registros técnicos e documentos apresentados;
- III. a aderência às determinações emitidas pelo gestor e pela fiscalização.

8.8. Não serão considerados para fins de medição:

- I. serviços não previstos no escopo deste Termo de Referência;
- II. atividades não autorizadas previamente pela fiscalização, quando exigível;
- III. serviços executados sem comprovação documental adequada;
- IV. atividades em desacordo com as orientações formais do gestor ou da fiscalização do contrato.

8.9. Garantia De Execução Contratual

- 8.9.1 A contratada deverá apresentar garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, como condição para assinatura do contrato, observadas as modalidades legalmente admitidas.
- 8.9.2 A garantia deverá corresponder a percentual definido no instrumento convocatório, incidente sobre o valor inicial do contrato.
- 8.9.3 Quando prestada na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá observar integralmente as condições, exigências e cláusulas estabelecidas no Anexo V – Garantia de Execução Contratual, em especial o item 3.4 (Cláusula Padrão – modelo CAIXA/TCU), sendo vedada a apresentação de apólice com cláusulas restritivas ou incompatíveis com as obrigações contratuais.

8.10. O descumprimento dos prazos estabelecidos para emissão de pareceres técnicos, análise de medições, comunicação formal de atrasos ou riscos técnicos, bem como para apresentação dos relatórios técnicos e gerenciais previstos neste Termo de Referência, quando caracterizado impacto na adequada execução das atividades de acompanhamento, controle ou gestão do contrato, ensejará glosa proporcional da medição mensal da contratada, mediante avaliação técnica fundamentada da fiscalização institucional do SAAE, inclusive quando caracterizada ocorrência de risco alocado à contratada, nos termos da Matriz de Riscos (Anexo VIII), sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7, observados o contraditório e a ampla defesa.

8.11. O pagamento ficará condicionado à apresentação regular dos relatórios e documentos exigidos, bem como à inexistência de pendências técnicas não justificadas ou descumprimento relevante das obrigações previstas no Capítulo 5, devendo a aprovação da medição estar condicionada à validação formal pela fiscalização institucional do SAAE quanto à integridade, consistência, rastreabilidade e aderência dos registros apresentados às exigências deste Termo de Referência.

8.12. A existência de atraso na obra principal não implicará, por si só, redução automática da remuneração da contratada, desde que comprovado o cumprimento regular das atividades de acompanhamento, monitoramento, análise técnica e comunicação previstas neste Termo de Referência.

8.13. A fiscalização do contrato poderá avaliar a adequação da execução das atividades técnicas em relação ao escopo contratual e aos produtos efetivamente entregues, não sendo admitida redução unilateral da remuneração contratada sem a correspondente não execução de atividades previstas, devendo eventuais glosas observar estritamente os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

8.14. Eventual paralisação temporária da obra principal não autoriza automaticamente a suspensão do contrato de gerenciamento, podendo subsistir atividades técnicas necessárias ao controle documental, análise técnica e gestão de riscos. Nessa hipótese, a Administração avaliará a necessidade de manutenção integral, parcial ou suspensão do contrato de gerenciamento, considerando o volume efetivo de atividades técnicas demandadas.

8.15. Afastamento de profissionais

8.15.1 Na hipótese de afastamento temporário de profissional indicado pela contratada, por motivo de doença, licença ou qualquer outro impedimento, a contratada deverá comunicar imediatamente o fato à fiscalização do contrato.

8.15.2 Caso o afastamento comprometa a execução das atividades previstas neste Termo de Referência, a contratada deverá providenciar substituição temporária do profissional, mediante prévia aprovação do SAAE, devendo o substituto possuir qualificação equivalente ou superior.

8.15.3 Na ausência de substituição aprovada pela Administração, as horas ou jornadas não executadas serão objeto de glosa proporcional na medição correspondente.

8.15.4 Não será admitida compensação posterior das horas não executadas, salvo autorização expressa do gestor do contrato em situações excepcionais devidamente justificadas.

8.16. Paralisação da obra principal

8.16.1 Na hipótese de paralisação formal da obra principal da ETA III – Turvo Limpo, por determinação administrativa, decisão judicial, exigência de órgão de controle, atraso ou ausência de liberação de recursos pelo agente financiador, ou por qualquer outro motivo devidamente formalizado, o Município de Viçosa/MG poderá, a seu critério, suspender total ou parcialmente a execução do contrato de gerenciamento e apoio à fiscalização ou promover a adequação temporária do escopo das atividades contratadas.

8.16.2 A suspensão, redução de escopo ou manutenção parcial das atividades deverá ser formalizada por meio de termo específico, no qual constarão a motivação administrativa, a data de início da paralisação, as condições aplicáveis ao período suspenso e, quando couber, as atividades técnicas que permanecerão em execução.

8.16.3 Durante o período de paralisação da obra principal, não haverá direito automático à remuneração integral da parcela mensal do contrato de gerenciamento, sendo devidos apenas os valores correspondentes às atividades técnicas efetivamente requisitadas e executadas no período.

- 8.16.4 Mesmo durante a paralisação da obra principal, o Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, poderá requisitar a execução de atividades técnicas mínimas necessárias à preservação do empreendimento, à gestão administrativa do contrato e ao controle técnico do projeto, tais como:
- 8.16.4.1 atualização e consolidação de relatórios técnicos;
 - 8.16.4.2 análise de reprogramação ou revisão de cronograma físico-financeiro;
 - 8.16.4.3 organização e consolidação documental do empreendimento;
 - 8.16.4.4 avaliação de impactos técnicos, contratuais e financeiros decorrentes da paralisação;
 - 8.16.4.5 apoio técnico ao Município de Viçosa/MG em tratativas com órgãos de controle, agente financiador ou demais entidades envolvidas no empreendimento.
- 8.16.5 As atividades eventualmente requisitadas durante o período de paralisação serão remuneradas de forma proporcional ao esforço técnico efetivamente realizado, observados os critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.16.6 A paralisação ou desaceleração da obra principal, inclusive quando decorrente de trâmites administrativos, exigências técnicas, atraso na análise de medições ou atraso na liberação de recursos pelo agente financiador, não gera direito automático à manutenção integral da remuneração contratual nem a reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de gerenciamento, salvo nas hipóteses legalmente previstas e devidamente comprovadas.
- 8.16.7 Retomada a execução da obra principal, o contrato de gerenciamento será restabelecido mediante termo de retomada, observando-se o prazo remanescente de execução contratual e as condições originalmente pactuadas, sem prejuízo de eventuais ajustes administrativos necessários à continuidade dos serviços.

8.17. Glosas

- 8.17.1 Para fins de aplicação das glosas previstas neste capítulo, a fiscalização deverá observar critérios de proporcionalidade entre a obrigação não cumprida e o impacto técnico ou contratual decorrente, mediante avaliação técnica fundamentada, podendo considerar, entre outros aspectos:
- I. a relevância da atividade não executada para o acompanhamento da obra;
 - II. o grau de prejuízo causado ao controle técnico ou administrativo do empreendimento;
 - III. a reincidência do descumprimento pela contratada;
 - IV. o tempo de atraso na entrega da obrigação contratual.
- 8.17.2 A fins de aplicação das glosas previstas neste capítulo, a fiscalização deverá observar critérios de proporcionalidade entre a obrigação não cumprida e o impacto técnico ou contratual decorrente, mediante avaliação técnica fundamentada, podendo considerar, entre outros aspectos.

8.18. Reajuste

- 8.18.1 Os valores contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base da proposta vencedora.
- 8.18.2 O reajuste será calculado com base na variação acumulada do Índice Nacional da Construção Civil (INCC-M), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

- 8.18.3 A data-base para fins de reajuste será a data da apresentação da proposta vencedora no certame.
- 8.18.4 O reajuste será aplicado mediante simples apostilamento, nos termos da legislação vigente, desde que mantidas as condições iniciais do contrato.
- 8.18.5 Não será admitida repactuação, por não se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da legislação vigente, uma vez que a execução do objeto ocorre por meio de serviços técnicos especializados, sem vínculo de subordinação direta, habitualidade ou exclusividade típica de contratos dessa natureza, ainda que haja previsão de dedicação técnica mínima para atendimento ao escopo contratual.
- 8.19. A ocorrência de evento classificado como risco alocado à contratada na Matriz de Riscos (Anexo VIII) não ensejará direito a reequilíbrio econômico-financeiro.
- 8.20. A contratada deverá manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária como condição para recebimento dos pagamentos, nos termos da legislação vigente.
- 8.21. Não serão admitidos pleitos de pagamento adicional por atividades que já estejam previstas no escopo deste Termo de Referência, incluindo deslocamentos para inspeções técnicas em fábrica, cujos custos encontram-se contemplados na planilha orçamentária constante do Anexo I.
- 8.22. O descumprimento reiterado das obrigações técnicas ensejará retenção parcial de valores, aplicação de penalidades previstas no Capítulo 7 e, se for o caso, rescisão contratual.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. A seleção da empresa contratada será realizada por meio de licitação na modalidade Concorrência, em formato eletrônico, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando o valor estimado da contratação e a natureza técnica especializada dos serviços objeto deste Termo de Referência.

- 9.1.1 Como condição de participação no certame, poderá ser exigida a prestação de garantia da proposta, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições estabelecidas no Anexo IV – Garantia da Proposta, que integra este Termo de Referência para todos os fins.

9.2. O critério de julgamento das propostas será o de Técnica e Preço, nos termos dos arts. 33, inciso III, e 36 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia de natureza predominantemente intelectual, relacionados ao gerenciamento e apoio à fiscalização de obra pública de infraestrutura de saneamento, cuja adequada execução exige avaliação qualitativa da proposta técnica apresentada pelas licitantes, especialmente quanto à metodologia de trabalho, qualificação da equipe técnica e capacidade de gestão contratual.

9.3. A adoção do critério de julgamento por Técnica e Preço busca assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando simultaneamente:

- 9.3.1 a qualidade técnica da proposta apresentada;
- 9.3.2 a adequação da equipe técnica e da estrutura operacional proposta;
- 9.3.3 a metodologia de trabalho apresentada para execução dos serviços;
- 9.3.4 a compatibilidade da proposta econômica com o escopo contratual;
- 9.3.5 a capacidade da licitante em mitigar riscos técnicos, contratuais e operacionais associados à execução do objeto.

9.4. A avaliação das propostas técnicas e comerciais será realizada conforme critérios objetivos de pontuação estabelecidos no Anexo II – Critérios de Julgamento das Propostas Técnica e de Preço, que integra este Termo de Referência para todos os fins, observados os pesos e critérios definidos no instrumento convocatório, devendo ser assegurada a transparência, a rastreabilidade e a motivação das notas atribuídas pela comissão de avaliação.

9.5. A fase de habilitação destina-se à verificação das condições mínimas de participação das licitantes, incluindo habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica mínima, conforme requisitos estabelecidos no Anexo III – Documentos de Habilitação.

9.6. A comprovação da qualificação técnica na fase de habilitação terá caráter exclusivamente eliminatório, destinando-se a demonstrar a aptidão mínima da licitante para execução do objeto, não sendo utilizados nesta etapa critérios de pontuação ou classificação entre as licitantes, em observância ao princípio da segregação entre habilitação e julgamento das propostas.

9.7. A análise comparativa da experiência, da metodologia de trabalho e da estrutura operacional das licitantes será realizada exclusivamente na fase de julgamento da proposta técnica, nos termos definidos no Anexo II – Critérios de Julgamento das Propostas Técnica e de Preço, evitando-se duplicidade entre as exigências de habilitação e os critérios de pontuação técnica, vedada a utilização de critérios subjetivos ou não previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

9.8. A proposta de preço deverá contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo despesas com pessoal, encargos sociais, tributos, deslocamentos, inspeções técnicas, reuniões, elaboração de relatórios e demais obrigações previstas neste Termo de Referência e na planilha orçamentária constante do Anexo I – Planilha Orçamentária, não sendo admitida a posterior alegação de omissões na composição de custos.

9.9. Não serão admitidos pleitos posteriores de acréscimo de valor sob alegação de desconhecimento das condições de execução do objeto, uma vez que os documentos técnicos, projetos e demais informações relevantes encontram-se disponibilizados conforme Anexo VII – Projetos Disponibilizados, sendo de responsabilidade da licitante a análise prévia das condições de execução, sem prejuízo das hipóteses legalmente admitidas de reequilíbrio econômico-financeiro.

9.10. A adjudicação do objeto e a assinatura do contrato ficarão condicionadas à apresentação da garantia de execução contratual, nos termos deste Termo de Referência e do Anexo V – Garantia de Execução Contratual.

9.11. A participação em consórcio poderá ser admitida, desde que atendidas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e no Anexo III – Documentos de Habilitação, devendo ser observada a responsabilidade solidária entre as empresas consorciadas, nos termos da legislação aplicável, incluindo a indicação da empresa líder e a comprovação dos requisitos de habilitação conforme regras específicas do edital.

10. MATRIZ DE RISCOS

10.1. A presente contratação observará a Matriz de Riscos constante do Anexo VIII, a qual integra este Termo de Referência para todos os fins e estabelece a alocação objetiva dos riscos inerentes à execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. A Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, classificar e distribuir os eventos que possam impactar o cumprimento das obrigações contratuais, considerando sua probabilidade de ocorrência, potencial impacto e horizonte temporal.

10.3. A alocação dos riscos foi realizada com base no princípio da distribuição eficiente, atribuindo cada risco à parte que detenha melhores condições técnicas, operacionais ou administrativas para preveni-lo, mitigá-lo ou absorver seus efeitos.

10.4. A Matriz de Riscos constante do Anexo VIII contempla, no mínimo:

- a) Categoria do risco;
- b) Descrição objetiva do evento de risco;
- c) Parte responsável pela gestão do risco;
- d) Probabilidade e impacto estimados;
- e) Grau resultante da análise (Probabilidade x Impacto);
- f) Horizonte temporal do risco;

10.5. A ocorrência de risco alocado à contratada, conforme disposto na Matriz de Riscos, quando associada ao descumprimento de obrigação contratual expressamente prevista neste Termo de Referência, poderá ensejar, conforme o caso, a aplicação de glosa na medição, de penalidade administrativa ou de ambas as medidas, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa

10.6. A existência de risco alocado à contratada não gera direito automático a reequilíbrio econômico-financeiro, especialmente quando o evento estiver relacionado a obrigação expressamente prevista neste Termo de Referência.

10.7. Da mesma forma, os riscos inerentes à execução da obra principal da ETA III – Turvo Limpo permanecem sob responsabilidade da empresa executora da obra, não sendo transferidos à contratada responsável pelo gerenciamento e apoio à fiscalização, salvo nos casos de omissão técnica comprovada quanto às obrigações expressamente atribuídas.

10.8. A ocorrência de evento classificado na Matriz de Riscos deverá ser formalmente registrada e comunicada ao SAAE, observando-se os procedimentos previstos no Capítulo 6 deste Termo de Referência.

10.9. Eventuais riscos supervenientes não previstos na Matriz poderão ser analisados pelo Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, aplicando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e alocação eficiente de riscos, observada a legislação vigente.

10.10. A Matriz de Riscos constante do Anexo VIII constitui instrumento de governança contratual, destinando-se a conferir previsibilidade, transparência e segurança jurídica à execução do contrato.

11. VALOR DA CONTRATAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 1.104.845,61 (um milhão, cento e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos), conforme planilha orçamentária constante do Anexo I – Planilha Quantitativa, elaborada com base em levantamento técnico detalhado dos quantitativos e das condições de execução dos serviços.

11.2. O valor estimado contempla todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo despesas com pessoal, encargos sociais, tributos, deslocamentos, infraestrutura operacional e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

11.3. A presente contratação integra o conjunto de ações financiadas no âmbito do Contrato de Financiamento nº 0638798-56, firmado entre o Município de Viçosa/MG e a Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, no âmbito do Novo PAC.

11.4. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos provenientes do referido contrato de financiamento, bem como da contrapartida financeira do Município/SAAE, conforme cronograma de desembolso aprovado. As despesas serão empenhadas na seguinte classificação orçamentária:

Tabela 3 - Dotação Orçamentária do Município de Viçosa.

Órgão	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
PMV	Serviços de Consultoria / Serviços Técnicos Especializados de Engenharia	Financiamento Ministério das Cidades Recurso Proveniente do Contrato Oneroso Min. Cidades Nº 0638798-56/2025

11.5. Caso a contratação produza efeitos financeiros em exercícios subsequentes, as respectivas dotações orçamentárias serão indicadas oportunamente, conforme legislação vigente.

11.6. A execução financeira do contrato observará o cronograma físico-financeiro do empreendimento e estará condicionada à regularidade das medições e à liberação de recursos pelo agente financiador.

11.7. A existência de recursos orçamentários e financeiros assegurados garante a viabilidade da presente contratação.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência NÃO são classificadas como sigilosas.

12.2. Este Termo de Referência se vincula ao Edital licitatório que lhe deu causa e por conseguinte a todos os documentos relacionados a realização desta licitação como o DFD, ETP, contrato e demais documentos.

Assinaturas:

MARCOS ROBERTO
FIALHO:04795341605

Assinado de forma digital por
MARCOS ROBERTO
FIALHO:04795341605
Dados: 2026.04.14 09:12:07 -03'00'

Marcos Roberto Fialho
Secretário Municipal de Governo – SEGOV

Ciente:

MAUSARENE DAS GRACAS
GUEDES VIANA:57177562672

Assinado de forma digital por
MAUSARENE DAS GRACAS GUEDES
VIANA:57177562672
Dados: 2026.03.19 15:25:29 -03'00'

Mausarene das Graças Guedes Viana
Diretora-Presidente – SAAE Viçosa